

# Essequibo, Venezuela e o Petróleo: uma disputa territorial com implicações para a integração energética na América Latina.

*Essequibo, Venezuela, and Oil: A Territorial Dispute with Implications for Energy Integration in Latin America.*

**Matheus Cordeiro Motta**

Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

**Gustavo Menon**

Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Como ser citado (modelo ABNT)

MOTTA, Matheus Cordeiro; MENON, Gustavo. Essequibo, Venezuela e o Petróleo: uma disputa territorial com implicações para a integração energética na América Latina. *Direito, Processo e Cidadania*. Recife, v. 3, n.3, p.100-117, set./dez., 2024.

**Editor responsável**

Prof. Dr. José Mário Wanderley Gomes Neto

## Resumo

O presente artigo examina a disputa territorial entre a Venezuela e a Guiana pelo território do Essequibo, enfatizando o papel do petróleo como fator chave na tensão e nas possíveis consequências para a integração energética na América Latina. O Essequibo, região historicamente em disputa entre os países, trata-se de uma área rica em recursos naturais, sendo cobiçada tanto pela Venezuela quanto pela Guiana, atraindo também o interesse de potências extrarregionais e de grandes empresas transnacionais de petróleo. A Venezuela, em seu projeto de cooperação regional a partir da atuação da PDVSA, considera o domínio sobre o Essequibo uma oportunidade estratégica para expandir sua influência e aumentar seu potencial energético, o que fortaleceria seu papel como líder na integração energética regional na América do Sul e no Caribe. O estudo traça uma perspectiva histórica e geopolítica sobre os efeitos da disputa sobre Essequibo, onde o controle da região poderia ampliar a base energética da Venezuela, fortalecendo a PDVSA, o projeto da Petrocaribe e outros projetos de cooperação energética na região. Por outro lado, a Guiana, um dos países com o maior crescimento econômico dos últimos anos, estreita seus laços com as grandes empresas petrolíferas hegemônicas. O estudo aponta que o conflito, agudizado nos últimos anos, também compromete a estabilidade necessária para o avanço da

integração regional na América do Sul. A presença de potências estrangeiras que apoiam a Guiana, como os Estados Unidos, adiciona complexidade à questão e desafia a concertação regional marcada por um quadro de fragmentação política e desintegração regional, minando a coesão entre os países latino-americanos para conformação de um eixo de poder nas disputas geopolíticas contemporâneas. Este estudo avalia como essa questão territorial impacta a estabilidade e a unidade da América do Sul, inviabilizando projetos mais amplos de integração energética no subcontinente.

Palavras-chave: Disputa territorial. Essequibo. Venezuela. Guiana. Petróleo e Integração energética.

## Abstract

This article examines the territorial dispute between Venezuela and Guyana over the Essequibo territory, emphasizing the role of oil as a key factor in the tension and the possible consequences for energy integration in Latin America. Essequibo, a region historically disputed between the countries, is an area rich in natural resources, coveted by both Venezuela and Guyana, also attracting the interest of extra regional powers and large transnational oil companies. Venezuela, in its regional cooperation project through the actions of PDVSA, considers control over the Essequibo a strategic opportunity to expand its influence and increase its energy potential, which would strengthen its role as a leader in regional energy integration in South America and the Caribbean. The study outlines a historical and geopolitical perspective on the effects of the Essequibo dispute, where control of the region could expand Venezuela's energy base, strengthening PDVSA, the Petrocaribe project, and other energy cooperation projects in the region. On the other hand, Guyana, one of the countries with the highest economic growth in recent years, strengthens its ties with hegemonic major oil companies. The study points out that the conflict, which has intensified in recent years, also compromises the necessary stability for the advancement of regional integration in South America. The presence of foreign powers supporting Guyana, such as the United States, adds complexity to the issue and challenges regional coordination marked by a framework of political fragmentation and regional disintegration, undermining the cohesion among Latin American countries to form a power axis in contemporary geopolitical disputes. This study assesses how this territorial issue impacts the stability and unity of South America, hindering broader energy integration projects in the subcontinent.

Keywords: Territorial dispute. Essequibo. Venezuela. Guyana. Oil and Energy Integration.

## INTRODUÇÃO: HISTÓRICO DA DISPUTA TERRITORIAL DE ESSEQUIBO.

A disputa pelo território do Essequibo entre Venezuela e Guiana remonta ao período colonial e envolve complexas questões geopolíticas e interesses econômicos. Localizado na fronteira entre os dois países, abrangendo cerca de 160.000 km<sup>2</sup>, o Essequibo é uma vasta região rica em recursos naturais, incluindo petróleo, minerais e água doce, o que a torna um território de alto valor estratégico (BBC, 2024).

Figura 1- Essequibo , região em disputa por Guiana e Venezuela



Fonte: BBC Brasil.

A intensificação das disputas nos últimos anos, impulsionada pela descoberta de vastas reservas de petróleo na costa guianense, coloca em evidência as tensões econômicas e políticas que impactam não apenas esses países, mas também a integração energética e o equilíbrio de poder na América Latina (Toma García, 2023, Menon, 2023; Barros, ; DESIDERÁ NETO, 2012).

A controvérsia em torno do Essequibo originou-se no século XIX, quando o controle do território ainda era disputado entre as potências coloniais. No entanto, foi em 1899 que um tribunal arbitral internacional, composto por representantes dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Rússia, concedeu o território à Guiana Britânica (atual Guiana). A Venezuela, entretanto, contesta a validade dessa decisão até hoje, alegando que o processo foi injusto e favoreceu os interesses britânicos, em contexto caracterizado pela Doutrina Monroe. Desde então, a Venezuela reivindica a soberania sobre o Essequibo, mantendo uma posição de desacordo em relação ao reconhecimento internacional da fronteira (BBC, 2023; Martens, 1986).

Durante o domínio colonial, a disputa envolvia Espanha, Holanda e os interesses britânicos, mas o controle sobre o território foi se tornando mais complicado à medida que potências coloniais europeias redefiniram suas esferas de influência na América do Sul.

Com a independência da Venezuela no início do século XIX e da Guiana (antiga Guiana Britânica) no século XX, a disputa pelo Essequibo se manteve como uma questão latente entre as duas nações. O Tribunal Arbitral de 1899 decidiu que a área pertenceria à Guiana Britânica, uma decisão que a Venezuela contestou, alegando que o acordo foi influenciado por interesses externos e que os representantes venezuelanos não tiveram voz no processo. A Venezuela considera o acordo nulo e reivindica soberania sobre o território, um posicionamento que tem sido reafirmado por sucessivos governos venezuelanos (Curcio, 2023). Nos anos 1960, diversas foram as tentativas da Venezuela de denunciar as fragilidades do Laudo de Paris, que concedia a área para a Guiana Inglesa (Venezuela, 1965).

O Acordo de Genebra de 17 de fevereiro de 1966 e o Protocolo de Porto Espanha de 16 de junho de 1970 reconhecem a região como uma zona de litígio e de controvérsia pendente de demarcação territorial. Dessa forma, o Acordo de Genebra deve ser entendido como um acordo multilateral e transitório para chegar a uma solução definitiva, uma espécie de "acordo para chegar a um acordo". Embora na interpretação venezuelana

invalide a sentença de 1899, as partes envolvidas concordaram em encontrar uma solução prática, pacífica e satisfatória para as partes.

No entanto, três meses após a assinatura do acordo, em 26 de maio de 1966, a colônia da Guiana Inglesa recebeu a independência e passou a ser chamada de "República da Guiana" (e desde 1970: República Cooperativa da Guiana). A partir desta data o novo Estado passa a fazer parte do acordo como país soberano e independente junto com o Reino Unido e a Venezuela, embora substitua totalmente o Reino Unido nas negociações com a Venezuela sobre a disputa fronteiriça.

Com a independência, a Guiana também passou a reivindicar a área como região integrante de seu território. A inclusão do território de Essequibo dentro de seus limites foi positivada na Constituição de 1980. Por outro lado, a Venezuela também reafirmou na Constituição Bolivariana de 1999 sua pretensão de retomar a área de Essequibo, declarando a invalidade do laudo de 1899, de acordo com o artigo 10 da atual Carta Magna (Venezuela, 1999).

A descoberta de grandes reservas de petróleo na costa da Guiana em 2015 transformou o Essequibo em um ponto de crescente tensão. Estima-se que essas reservas cheguem a aproximadamente 11 bilhões de barris, o que potencialmente tornaria a Guiana um importante player no mercado petrolífero global. A ExxonMobil e outras empresas petrolíferas estão envolvidas na exploração dessas reservas, tornando o território um local economicamente atraente.

Este cenário renovou o interesse da Venezuela, que, ao enfrentar uma grave crise econômica e uma dependência profunda da sua própria produção de petróleo, vê o Essequibo como uma oportunidade vital para expandir suas reservas e recuperar sua economia, especialmente em meio à instabilidade interna e às eleições de 2024. Neste contexto, o governo de Nicolás Maduro propôs um referendo para consultar a população sobre os direitos do país em relação à província da Guayana Esequiba. A Corte Internacional de Justiça (CIJ) ditou à Venezuela em 1º de dezembro que não tomasse nenhuma ação que alterasse o controle da Guiana sobre o Essequibo, mas não chegou a proibir o referendo, que contou com o apelo da população em relação a essa bandeira histórica no país. Em 3 de abril de 2024, a Venezuela promulgou a Lei Orgânica de Defesa da Guayana Esequiba, que cria um novo Estado no território disputado, alegando que os interesses da empresa

estadunidense ExxonMobil sobre a Guiana tornam o atual presidente do país, Irfaan Ali, um laiaio dos interesses de Washington.

Desta forma, o objetivo do presente artigo é examinar a disputa territorial entre Venezuela e Guiana pelo território do Essequibo, destacando o papel do petróleo como fator estratégico na tensão bilateral entre os países e as possíveis consequências para a integração energética na América do Sul. O estudo busca entender as consequências geopolíticas e econômicas dessa disputa, bem como as implicações para a estabilidade e a cooperação regional, especialmente no campo energético no subcontinente. Para isso, em termos metodológicos, o artigo utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e revisão bibliográfica. Foram examinadas fontes históricas, documentos oficiais, artigos acadêmicos e relatórios de organizações internacionais, especialmente do Sistema ONU, para construir uma análise detalhada da disputa territorial e suas implicações na concertação regional da América do Sul. Houve também a leitura das Constituições dos países envolvidos e a análise da legislação infraconstitucional envolvendo o debate sobre Essequibo.

Desta forma, além desta introdução com o panorama histórico e apresentação dos dados preliminares, o artigo se divide em três seções. A primeira aponta para o impacto das sanções econômicas sobre a Venezuela, destacando como o país observou no Essequibo uma oportunidade de aumentar ainda mais sua produção petrolífera. Na segunda parte, analisa-se a atuação de empresas e atores transnacionais na região de Essequibo, destacando como a área, em razão das recentes descobertas dos poços de petróleo, atrai o interesse de grupos, empresas e Estados que visam explorar os recursos na região. Na sequência, como terceiro elemento, pontuaremos as relações bilaterais entre Venezuela e Guiana e a agudização da tensão nos últimos anos. Por fim, debate-se como o conflito entre os países compromete a integração regional e, fundamentalmente, um projeto mais ambicioso de cooperação energética na América do Sul.

Assim, essa disputa por Essequibo apresenta desdobramentos para a integração energética regional, uma vez que influencia diretamente a segurança energética e a cooperação entre países. Nações sul-americanas têm buscado promover a integração energética para otimizar o uso de recursos e fortalecer a segurança energética regional, através de diferentes projetos de interconexões elétricas e gasodutos transnacionais.

Contudo, conflitos territoriais como o do Essequibo criam desafios para essa integração, afetando não apenas Venezuela e Guiana, mas também as dinâmicas e projetos de cooperação e integração regional..

### 1) IMPACTO DAS SANÇÕES ECONÔMICAS NA DIPLOMACIA ENERGÉTICA VENEZUELANA

Desde 2019, as sanções impostas pelos Estados Unidos à indústria petrolífera venezuelana enfraqueceram a principal plataforma de integração energética da Venezuela: o programa Petrocaribe. Lançado em 2005 por Hugo Chávez, o Petrocaribe visava oferecer petróleo a preços acessíveis para países caribenhos e latino-americanos, fortalecendo a solidariedade regional e o protagonismo da Venezuela na geopolítica energética. Com as sanções, a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) foi impedida de operar plenamente, levando à interrupção do programa e comprometendo as relações econômicas e políticas estabelecidas na região.

Vale dizer que as sanções internacionais contra a Venezuela, especialmente as impostas pelos Estados Unidos, tiveram um impacto significativo no setor de petróleo do país, particularmente na PDVSA, onde, em 2019, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a **produção** diária de barris da PDVSA caiu para cerca de 687 mil barris por dia, uma queda significativa em comparação com os 2,5 milhões de barris por dia produzidos nos melhores anos do regime chavista (OPEP, 2024).

Como se sabe, as diferentes crises na Venezuela e a agudização das sanções comerciais também afetaram as **exportações** de petróleo da Venezuela. Empresas como a ExxonMobil e outras multinacionais reduziram ou cessaram suas operações no país, dificultando ainda mais a capacidade da PDVSA de vender petróleo no mercado internacional. Isso fez com que a Venezuela tivesse que depender de parcerias com empresas estrangeiras, como a Rosneft da Rússia, para continuar exportando petróleo, abrindo o caminho para a atuação de atores extrarregionais diante de um quadro de desintegração econômica e fragmentação política na América dos Sul.

Com a perda de receitas, as reservas internacionais da Venezuela também foram severamente afetadas. Como fator agravante, ao reconhecer Juan Guaidó como presidente,

as potências ocidentais confiscaram o ouro venezuelano depositado em Londres. Esse ouro foi arbitrariamente tomado do governo venezuelano pelo Banco da Inglaterra, que, naquele momento, conforme sentença expressa pelo Tribunal Comercial de Londres, reconhecia opositor como presidente autodeclarado e legítimo controlador das divisas<sup>1</sup>. De acordo com a CEPAL, entre 2013 e 2021, a economia venezuelana encolheu aproximadamente 75%. Em 2020, o PIB caiu 30% devido à pandemia de COVID-19 e às condições domésticas extremamente deterioradas. O quadro foi agravado em razão do endurecimento das sanções impostas pelos Estados Unidos (CEPAL, 2023). Vale consignar que a Venezuela enfrentou uma hiperinflação severa nos últimos anos. Em 2020, a inflação anual foi de 2.960%. Em novembro de 2021, a taxa de inflação anualizada estava em mais de 1.100% (CEPAL, 2024).

A título de exemplo, empresas dos EUA precisam de uma licença especial para investir ou abrir negócios na Venezuela; há proibição de empresas venezuelanas de operarem no mercado de capitais estadunidense, assim como sanções específicas contra mais de mil cidadãos do país de Ezequiel Zamora. Ao não assinar “acordos de cooperação contra narcotráfico e antiterrorismo”, o Império proíbe a venda de material bélico para Caracas, impedindo também a comercialização de componentes patenteados pelos Estados Unidos, como os aviônicos e tecnologia embarcada em aeronaves da Embraer (ROCHA, 2022, on-line).

A lista das sanções severas que abriram o caminho para uma aproximação da Venezuela com a Rússia e o Irã pode ser consultada e verificada tanto no Departamento de Estado quanto no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (US, 2024).

Desta forma, a histórica dependência do petróleo (Furtado, 2008) limitou as contribuições energéticas venezuelanas e expôs as fragilidades do modelo de integração regional. A falta de uma visão política clara dificultou avanços, enquanto as restrições econômicas reduziram os investimentos e impediram projetos de unificação energética, como a integração com Alba, Mercosul e Caricom. A suspensão da Venezuela no Mercosul agravou as tensões, inviabilizando acordos mais amplos no campo energético. Ao mesmo tempo, a criação do Grupo de Lima, o projeto do ProSul, em substituição à UNASUL e a paralisia das demais iniciativas de integração na América do Sul, coloca a região como presa fácil de atores extrarregionais.

---

<sup>1</sup> **Venezuela Solidarity Campaign.** Give Venezuela back its gold - Venezuela Solidarity Campaign. Disponível em: <https://www.venezuelasolidarity.co.uk/2023/08/16/give-venezuela-back-its-gold-3/>. Acesso: 30 de nov. 2024.

Ainda em números, em 2013, a Venezuela fornecia 400 mil barris diários à Petrocaribe, mas essa quantidade foi reduzida pela metade, prejudicando programas sociais e produtivos financiados com a renda do petróleo (Barros, 2006; Menon, 2023; Rodrigues *et al*, 2022).

O colapso do Petrocaribe, em sinergia com a crise do regionalismo latino-americano, enfraqueceu a posição da Venezuela como líder regional em questões energéticas e abriu espaço para que outras potências estrangeiras, como os Estados Unidos e a China, avançassem suas agendas com países latino-americanos. A ausência da liderança brasileira também foi sentida, e a falta de interação entre as principais companhias petrolíferas da América do Sul (Petrobras, PDVSA, YPF) permite que outras companhias transnacionais, especialmente ligadas aos países do norte global, explorem os recursos no subcontinente.

Além disso, a necessidade urgente da Venezuela de revitalizar seu setor de energia torna o Essequibo um ativo estratégico. Ao tentar consolidar sua presença nessa região, a Venezuela vislumbra incrementar sua capacidade de exportação e reduzir o impacto das sanções. O domínio sobre o Essequibo, portanto, representa não apenas uma questão de soberania, mas uma oportunidade de resistência econômica e diplomática frente às pressões internacionais.

## **2) A INFLUÊNCIA DE POTÊNCIAS EXTRARREGIONAIS NA DISPUTA POR ESSEQUIBO**

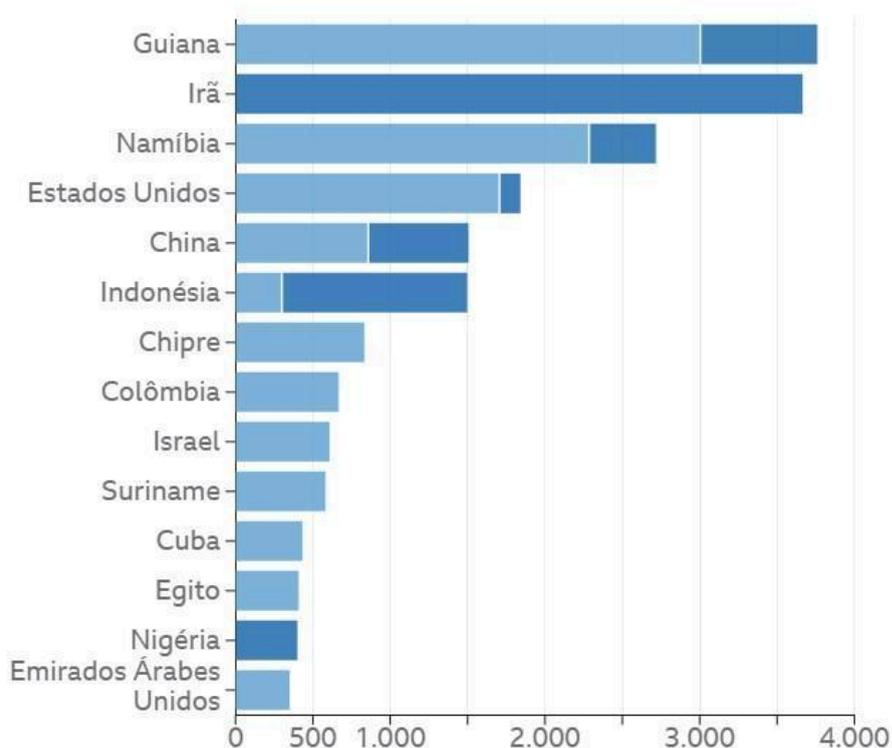
A posição geográfica da Guiana, segundo teóricos como Alfred Mahan e Nicholas Spykman, é estratégica para a supremacia hemisférica dos EUA, localizando-se no que chamam de "Mediterrâneo Americano" (Mahan, 1917 & Spykman, 1944).

Nos últimos dois anos, a Guiana emergiu como um dos principais destinos de novas descobertas de petróleo e gás, consolidando-se como um pólo energético em ascensão. Segundo dados do Global Energy Monitor, o país foi o que mais acumulou reservas de petróleo e gás no mundo recentemente (BBC, 2024).

Figura 2 - Descobertas de petróleo e gás (em milhões de barris) por país e ano.

## Guiana foi país com maior descoberta de reservas de petróleo em 2022 e 2023

Descobertas de petróleo e gás (em milhões de barris) por país e ano



Fonte: Relatório Drilling Deeper 2024, Global Energy Monitor **BBC**

Esse destaque representa uma virada estratégica para a Guiana, um país de dimensões modestas e até então pouco expressivo no cenário de produção de energia global. Com isso, passa a competir lado a lado com grandes nações produtoras, especialmente na América Latina, onde se somará aos já consolidados produtores de petróleo, como México, Venezuela, Colômbia, Brasil, Equador, Peru, Bolívia e Argentina.

Em relação às reservas sancionadas, aquelas que já possuem permissão para exploração comercial, a Guiana ficou atrás apenas dos Estados Unidos, o que reflete não apenas o potencial das descobertas, mas também a prontidão para o início das operações de extração. Esse avanço coloca o país sob os holofotes internacionais, atraindo investimentos significativos e atenção de grandes empresas do setor energético na geopolítica do petróleo (Fuser, 2021).

A entrada da Guiana no mercado de petróleo latino-americano levanta tanto oportunidades quanto desafios. Em termos econômicos, o país poderá se beneficiar de uma nova fonte de receita robusta, capaz de impulsionar o desenvolvimento em várias áreas, como infraestrutura, saúde e educação. Porém, a Guiana também enfrentará desafios complexos, como a necessidade de evitar uma dependência excessiva do petróleo e assegurar uma gestão responsável dos recursos. O cenário global, cada vez mais atento às questões ambientais, adiciona uma camada de complexidade ao processo de exploração. Assim, a Guiana precisa adotar estratégias que conciliem crescimento econômico e sustentabilidade.

Com isso, o crescimento da Guiana como potência emergente de petróleo na América Latina pode redefinir o panorama energético da região, influenciando as dinâmicas de mercado e incentivando novos padrões de cooperação e integração entre os países. Esse contexto pode fortalecer a competitividade e atrair o interesse de potências econômicas mundiais, estabelecendo a Guiana como um ator-chave nas discussões sobre segurança e abastecimento energético, tanto regional quanto globalmente (Paz; Nunes, 2011, p.97-139).

A descoberta de vastas reservas de petróleo na costa da Guiana, exploradas pela ExxonMobil e outras multinacionais, trouxe os Estados Unidos para o centro da disputa. A ExxonMobil, ao liderar a exploração petrolífera na Guiana, representa os interesses econômicos norte-americanos e intensifica a presença dos EUA, em contraste com a política venezuelana de soberania sobre seus recursos naturais, gerando tensões regionais. O interesse dos Estados Unidos pelo petróleo guianense se baseia na oportunidade de reduzir sua dependência de outras regiões produtoras e ampliar seu controle energético nas Américas (Foster, 2008; Padula, 2023).

Esse envolvimento representa um desafio direto à soberania venezuelana, uma vez que a presença norte-americana oferece apoio econômico e militar à Guiana, desequilibrando a balança de poder na região. Para a Guiana, a parceria com os Estados Unidos não apenas garante segurança contra possíveis retaliações da Venezuela, mas também facilita o desenvolvimento de sua indústria petrolífera nascente, potencializando sua relevância no mercado global de energia.

A Venezuela interpreta essa aliança como uma interferência em sua área de influência natural e como uma ameaça à sua própria segurança energética. A presença de

empresas norte-americanas como a ExxonMobil no território disputado reforça as preocupações venezuelanas, ao mesmo tempo em que limita as opções de negociação entre os dois países. Esse cenário de competição global transforma o Essequibo em um campo de batalha para interesses estratégicos e financeiros, dificultando uma solução pacífica, consensuada e obtenção de ganhos para as nações sul-americanas.

Essas interferências extrarregionais aumentam o risco de fragmentação na América Latina, enfraquecendo os esforços de cooperação entre países que, de outra forma, poderiam colaborar em um projeto unificado de integração energética (Marcelino; Barros, 2022). Ao apoiar a Guiana, os Estados Unidos criam uma divisão entre os países da região, especialmente aqueles alinhados com a Venezuela, como Cuba e Nicarágua, dificultando a formação de uma frente coesa em prol de uma política energética regional mais autossuficiente e integrada (Desiderá Neto, 2012).

O conflito pelo Essequibo eleva as tensões geopolíticas na América do Sul, transformando a região em palco de disputas entre grandes potências. Os EUA, com presença estratégica, apoiam a exploração de petróleo na Guiana, enquanto China e Rússia, aliadas da Venezuela, ampliam investimentos em infraestrutura e energia venezuelanas (além outros atores presentes na região, como Irã, Canadá, Índia, Reino Unido e Espanha). A disputa extrapola o âmbito bilateral, tornando-se uma peça chave na competição global por recursos e influência. Com sanções dos EUA à Venezuela e suporte de China e Rússia ao governo venezuelano, a situação reflete uma acentuação das tensões internacionais marcadas por rivalidades econômicas e políticas globais.

### **3) A DISPUTA VENEZUELA-GUIANA SOBRE O ESSEQUIBO**

A promulgação da lei venezuelana, em abril de 2024, que cria o estado de "Guiana Essequiba" no território de Essequibo marca um novo capítulo na disputa diplomática entre Venezuela e Guiana. Essequibo, uma região rica em petróleo e minerais, é reivindicada pela Venezuela, mas encontra-se atualmente sob a administração da Guiana. Esse conflito, que remonta ao século XIX, é intensificado pela recente ação do presidente Nicolás Maduro, que parece buscar reforçar a soberania venezuelana sobre a área em um movimento que muitos interpretaram como elemento de campanha para as eleições presidenciais (BBC, 2024).

A "Lei Orgânica para a Defesa de Essequibo" estabelece que o presidente venezuelano exercerá controle sobre o território até que sejam eleitos representantes locais para o novo estado. Entre as disposições da lei, está a proibição de impressão de mapas venezuelanos sem a inclusão de Essequibo como território do país, além da proibição de contratos entre empresas estrangeiras e a Guiana sobre a exploração de recursos na área em disputa. A medida afeta diretamente empresas petrolíferas que operam na região com autorização do governo guianense, agravando as tensões regionais.

A Guiana reagiu com firmeza, classificando a ação de Maduro como uma violação flagrante dos princípios do direito internacional e alertando que não permitirá a anexação de qualquer parte do seu território administrado. O presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali, disse à BCC News Brasil que não descartava a possibilidade de permitir que países como os Estados Unidos instalassem bases militares no país.

A disputa aguarda um desfecho na Corte Internacional de Justiça (CIJ), que, embora não seja reconhecida pela Venezuela, é o caminho adotado pela Guiana para resolver a questão pacificamente.

Especialistas observam que a criação do estado de Guiana Essequiba pode ter um caráter simbólico, visando mobilizar o eleitorado venezuelano e consolidar a posição de Maduro como defensor da soberania nacional. A professora Caroline Pedroso, da Unifesp, e o professor Carlos Romero, da Universidade Central da Venezuela, sugerem que, no curto prazo, é improvável uma escalada militar, dadas as implicações diplomáticas e a necessidade de passar pelo território brasileiro para acessar a área. Ao mesmo tempo, observadores internacionais, como Christopher Sabatini, da Chatham House, mostram-se preocupados com a escalada retórica, que pode comprometer a estabilidade da região (BBC News Brasil, 2024).

Assim, a questão do Essequibo transcende o debate territorial, refletindo um complexo cenário de política interna e internacional, com implicações que vão além das fronteiras venezuelanas, comprometendo projetos mais amplos para a criação de um mercado de energia sul-americano (Paz & Nunes, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS - DESAFIOS E BENEFÍCIOS PARA A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA REGIONAL

A integração energética na América Latina representa uma estratégia crucial para a segurança e soberania energética da região. No entanto, a disputa territorial pelo Essequibo entre Venezuela e Guiana é um desafio significativo para esse objetivo, prejudicando a confiança mútua e dificultando a estabilidade política necessária para políticas de cooperação na América do Sul. Venezuela e Guiana possuem vastas reservas de petróleo que, se exploradas conjuntamente, poderiam impulsionar uma rede energética diversificada e robusta na região, contribuindo para um sistema regional resiliente e menos dependente de potências externas.

Um acordo entre esses países poderia viabilizar o desenvolvimento de uma infraestrutura de exploração e distribuição compartilhada, incluindo a construção de oleodutos e redes de distribuição, permitindo exportações de petróleo a preços preferenciais – em linha com a proposta do Petrocaribe, que oferece condições especiais aos países-membros. Essa iniciativa de cooperação energética, entretanto, depende de um ambiente de paz e confiança mútua, que atualmente é prejudicado pela tensão sobre o Essequibo. Conflitos como esse enfraquecem a coesão regional e desestimulam investimentos em projetos transnacionais, como gasodutos e redes elétricas interconectadas.

A resolução pacífica da disputa pelo Essequibo poderia desbloquear o potencial de colaboração entre Venezuela e Guiana, servindo de modelo para outros países sul-americanos. Um acordo diplomático tornaria possível o desenvolvimento de projetos que beneficiaram economicamente ambas as nações e fortaleceriam a integração regional. Nessa perspectiva, o Essequibo poderia se transformar em um ponto de união para a América do Sul, promovendo autonomia energética e reduzindo a dependência de forças extrarregionais.

A proposta da Petrocaribe é um exemplo relevante de como a integração pode beneficiar a região. O acordo garantiu acesso preferencial a petróleo para seus membros, estabelecendo-se como um marco na cooperação regional e indo além da mera troca comercial. Além do petróleo, promoveu-se projetos de infraestrutura e desenvolvimento social, incluindo iniciativas como o PDV Caribe, o Fundo Alba Caribe e projetos de

desenvolvimento local. Esses avanços ressaltam o valor da complementaridade energética e do apoio mútuo, elementos centrais para o desenvolvimento de um mercado de energia sul-americano, amparado no princípio de uma transição energética justa e sustentável na região.

Para o fortalecimento da integração regional, é essencial que Venezuela e Guiana busquem uma solução diplomática, permitindo que a América do Sul alcance um novo patamar de cooperação energética. Essa unificação contribuiria para a construção de um polo de poder mais solidário e soberano, que aproveite plenamente suas capacidades energéticas e enfrente com maior autonomia os desafios globais. A experiência do na UNASUL mostra que, com a união e a complementaridade, a região pode alcançar segurança energética e crescimento sustentável, objetivos que se tornam cada vez mais relevantes no contexto geopolítico atual.

Assim, a disputa pelo Essequibo entre Venezuela e Guiana possui implicações profundas para a integração energética e a estabilidade na América Latina. O controle sobre essa região rica em petróleo representa uma oportunidade para a Venezuela revitalizar o Petrocaribe e reafirmar sua liderança na diplomacia energética. Entretanto, a presença de potências extrarregionais como os Estados Unidos complica o cenário, aumentando as tensões e dificultando uma resolução pacífica para o conflito.

Por fim, este estudo sublinhou a necessidade de uma abordagem diplomática que respeite os interesses de ambos os países e promova uma cooperação energética regional. Somente com estabilidade, cooperação e retomada dos projetos de integração regional será possível alcançar uma integração energética efetiva na América Latina, fortalecendo a segurança e a soberania dos países do subcontinente frente às pressões extrarregionais.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Pedro Silva. Chávez e petróleo: uma análise da Nova Política Econômica Venezuelana. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 9, p. 209–237, 2006.

BBC News Brasil. **Essequibo: o que há no território da Guiana que a Venezuela tenta anexar e como começou a disputa**. BBC, 4 out. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxw12omok9do>>. Acesso: 30 de nov. 2024.

BBC News Brasil. **O que está em jogo na disputa por território entre Venezuela e Guiana**. BBC, 2 nov. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czv2j5wgg410>. Acesso em: 5 nov. 2024.

BBC News Brasil. **Por que o território do Essequibo é motivo de disputa entre Venezuela e Guiana**. BBC, 20 set. 2023. Disponível em: [<https://www.bbc.com/portuguese/articles/czv2j5wgg410>](<https://www.bbc.com/portuguese/articles/czv2j5wgg410>). Acesso em: 1 nov. 2024.

BBC News Brasil. **Guiana se torna país com mais descobertas de petróleo e gás no mundo**, diz estudo. BBC News Brasil, 27 out. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cq5kj89gn5ko>. Acesso em: 5 nov. 2024.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe CEPAL. **Venezuela**. In: *Economic Survey of Latin America and the Caribbean* ▪ 2021. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/c543680f-5d47-4775-8d2d-ca5ec243393/content>. Acesso: 30 de nov. 2024.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL. **Bolivarian Republic of Venezuela**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/f22fe9fb-f369-427e-898a-125994666af9/content>. Acesso: 30 de nov. 2024.

CURCIO, Pasqualina. *Diferendo por el Esequibo Venezuela/Guyana(EE.UU.)*. In: **Boletín del Grupo de Trabajo Crisis y economía mundial. Nuestra América XXI: desafíos y alternativas #86**. Org. Bruno Rodríguez Parrilla. Coordinación general de Gabriela Roffinelli; Alejandro César López Bolaños; editado por Josefina Morales. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. A questão fronteiriça entre Guiana e Venezuela e a integração regional na América do Sul. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n. 12, p. 11-25, jun./jul. 2012.

EXXONMOBIL. **Guyana annual report 2023**. Disponível em: [<https://corporate.exxonmobil.com/-/media/global/files/locations/guyana-operations/2023-exxonmobil-guyana-limited-annual-report.pdf>]. Acesso em: 2 nov. 2024.

FOSTER, John Bellamy. *Peak Oil and Energy Imperialism*. **Monthly Review**, v. 60, n. 3, p. 12-33, 2008.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

FUSER, Igor; ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira. Economia política latino-americana da energia: impasses e desafios em um cenário global em acelerada transformação. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, SP, v. 10, n. 2, p. 332–367, 2021.

MAHAN, Alfred Thayer. *The interest of America in sea power: Present and future*. Little, Brown and Company, 1917.

MARCELINO, Marcelo do Nascimento; BARROS, Pedro. **Corrida ao novo El Dorado: Crescente presença extrarregional na Guiana e desafios para a defesa nacional do Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Defesa, ESD Brasília-DF, 2022.

MARTENS, Juan Claudi. *Venezuela y sus vecinos*. Ed. Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1986.

MENON, Gustavo. A integração energética do petróleo na América Latina: breves notas sobre a formação da Petrocaribe. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13287>>.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA RELACIONES EXTERIORES DE VENEZUELA. *Informe de los expertos venezolanos sobre la cuestión de límites con Guayana Británica, 18 de marzo de 1965*. Disponível em: [Informe de los expertos venezolanos sobre la cuestión de límites con Guayana Británica, 18 de marzo de 1965](#). Acesso: 30 de nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO - OPEP. *Venezuela facts and figures*. Disponível em: [www.opec.org/opec\\_web/en/about\\_us/171.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/171.htm). Acesso: 30 de nov. 2024.

PADULA, Raphael et al. *Guyana: Oil, Internal Disputes, the USA and Venezuela*. *Contexto Internacional*, v. 45, n. 1, p. e20210031, 2023.

PAZ, A.; NUNES, R. Buscando las complementaridades –Diagnósticos de las interconexiones energéticas sudamericanas. IN: COSTA, D. (org.), *América del Sur –Integración e Infraestructura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011, p. 97-139.

ROCHA. Bruno Lima. Bloqueio e sanções: o ataque contra a economia venezuelana. *Jornal Brasil de Fato – RS*. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/06/14/bloqueio-e-sancoes-o-ataque-contra-a-economia-venezuelana>. Acesso: 30 de nov. 2024.

RODRIGUES, M. R.; GOUVEIA FERREIRA LAZARINI, R.; LACERDA MADEIRA, L.; MENON, G. A criação da ALBA-TCP como alternativa na integração latino-americana. *Lutas Sociais*, v. 26, n. 48, p. 85–106, 2022. DOI: 10.23925/l.v26i48.62226.

SPYKMAN, Nicholas John. Estados Unidos frente al mundo. Fondo de cultura económica, 1944.

TOMA GARCÍA, Ricardo Salvador de. *Geopolítica del petróleo en litigios territoriales : las dimensiones marítimas del caso Esequibo entre la república bolivariana de Venezuela y la república cooperativa de Guyana*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2023.

VENEZUELA SOLIDARITY CAMPAIGN. *Give Venezuela back its gold - Venezuela Solidarity Campaign*. Disponível em: <https://www.venezuelasolidarity.co.uk/2023/08/16/give-venezuela-back-its-gold-3/>. Acesso: 30 de nov. 2024.

VENEZUELA. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*, 1999.

VENEZUELA-RELATED SANCTIONS - *United States Department of State*. Disponível em: <https://www.state.gov/venezuela-related-sanctions/>. Acesso: 30 de nov. 2024.

**Matheus Cordeiro Motta.**

Auditor-fiscal da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEFAZ-DF). Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e doutorando em Economia pela UCB.

E-mail: engmatheusmotta@gmail.com . Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1583384962302729>

**Gustavo Menon.**

Pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (USAL-Espanha). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Foi professor substituto no curso de Gestão de Políticas Públicas na Universidade de São Paulo (EACH/USP). Graduado e Mestre em Ciências Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador do Grupo de Estudos de História, Direito, Democracia e Estado na América Latina (GEHDDEAL) e membro do Grupo de Trabalho "China e o Mapa do Poder Mundial" do CLACSO, Argentina. Docente no PROLAM-USP e na Universidade Católica de Brasília (UCB). Coordenador do Curso de Relações Internacionais da UCB.

E-mail: [gustavo.menon@p.uceb.br](mailto:gustavo.menon@p.uceb.br). Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/9027785526016734>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1057-027X>.